

# Congresso

## A triste autocrítica

RICARDO A. SETTI

A "autocrítica" tão anunciada pelo deputado Edilson Távora não agradou a ninguém. Mantendo-se em nível muito inferior ao que se esperava, o parlamentar cearense causou o desinterêsse e mesmo a irritação da Câmara.

Edilson não falou em regime, em problemas institucionais, não abordou temas de relevância sobre o papel do Congresso na vida política brasileira, não analisou em profundidade a falta do que fazer que atualmente caracteriza o Legislativo. Limitou-se — em discurso, por sinal, longuíssimo — a censurar os deputados que não aparecem nas reuniões das comissões, a citar estatísticas de faltas e de comparecimentos, a falar em viagens de deputados, em licenças, em suplentes que assumem e deixam de assumir, em vencimentos, em "jetons", em problemas da administração da Câmara, em deficiências da tanquigrafia. Falou também da ineficácia das comissões parlamentares de inquérito, propôs emendas ao regimento da Câmara, perdeu-se em responder a apartes ainda mais inexpressivos que o seu discurso. Ficou, no dizer de um parlamentar, "na periferia do problema".

Em alguns minutos de discurso, o plenário — com pouco mais de um quinto dos deputados — já não prestava atenção à fala de Edilson. O noticiário da imprensa havia criado alguma expectativa em torno do que ele próprio chamava "autocrítica" do Congresso. Isso fez com que um número de deputados maior do que o usual nos últimos dias ocupasse o plenário. A bancada de imprensa estava repleta. Quando Edilson entrava na sua terceira ou quarta lauda — depois de fazer, também, comentários à parte do material de leitura que trouxe à tribuna — já se notavam conversas e sorrisos no plenário, grupinhos se formavam, alguns deputados saíam, outros liam jornais, o presidente José Bonifácio conversava com um funcionário da Mesa. Mais alguns minutos, e o rumor das conversas aumentou, a bancada de imprensa foi-se esvaziando, alguns deputados reclamavam — sentiam-se ofendidos. O deputado Plínio Lemos, por exemplo — do ex-PL da Paraíba, hoje na Arena — comentava, à entrada do recinto, que "o Edilson deveria ver quantas faltas tem ele, que nunca aparece aqui". No café da Câmara, Getúlio Moura e Israel Pinheiro Filho faziam comentários menos lisonjeiros, Murilo Badaró dizia que Edilson "pecava pela base", ao não entrar fundo na análise da falência das lideranças civis. Mais adiante, na sala de leitura, diversos deputados ouviam o relatório de Dnar Mendes sobre o atentado contra Haroldo Veloso. Perto, um deputado do Nordeste dormia, a sono solto. No plenário, Mario Covas permanecia, por deferência ao orador. Na liderança do governo, Aurino Valois, um vice-líder inexpressivo. Ernani Sátiro, que prometeu a Edilson assistir a toda a "autocrítica", não apareceu.

O Mdb estava mais preocupado com o habeas-corpus em favor de Jânio. O líder Mario Covas, que compareceu ao Supremo Tribunal Federal, somente voltou à Câmara quando já havia 8 votos contrários ao ex-presidente. E comentava que não pretendia criticar a decisão do Supremo "porque, afinal, nós temos de nos entregar a alguma coisa". Observava, contudo, que o referendo da Suprema Corte à tese da validade dos Atos Institucionais quanto aos cassados cria jurisprudência indiscutível, e poderá propiciar campo ao endurecimento defendido por grupos radicais. Em outras palavras, acha que a decisão pode levar à aplicação dos atos punitivos e restritivos "a torto e a direito". Mas — enfatizava — o Mdb respeita, "como sempre respeitou", o Judiciário e seus julgados.